



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016.

(Da Sra. Erika Kokay)

Solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para que a Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) exponham suas propostas de um novo modelo para o setor energético do País.

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 24, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, seja realizada Audiência Pública para que a CNU e FNU, por meio de seus representantes, exponham suas posições acerca de um novo modelo para o setor energético, com a participação do Ministério das Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Pesquisa Energética e Eletrobras.

JUSTIFICAÇÃO

O (a) trabalhador (a) Urbanitário (a) está presente nos ramos essenciais à vida, como água, saneamento, meio ambiente, gás. Setores imprescindíveis para uma digna qualidade de vida. Assim, a CNU e FNU defendem uma forte presença do estado nesse setor, condição necessária para que o agente público tenha capacidade de continuar a realizar os investimentos necessários para que o Brasil prossiga na universalização desses serviços.

Nesse momento, Senhor Presidente, a atuação dessas entidades concentra-se no debate de um novo modelo para o setor elétrico brasileiro e na luta contra privatização do setor elétrico, considerando, entre outros, que prejudicará a população com aumento ainda maior de tarifas para os consumidores; colocará em risco o fornecimento de energia para os municípios do interior, já que uma empresa privada visará exclusivamente o lucro e não terá

obrigações sociais com a população mais pobre; aumentará o desemprego; ferirá a soberania nacional, permitindo a livre entrada do capital estrangeiro.

A energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. No Brasil, país de dimensões continentais, os desafios são imensos e cada vez mais o setor tem um papel estratégico para o crescimento da economia. A energia elétrica brasileira tem sua geração composta majoritariamente por fontes hidroelétricas renováveis e o setor está dentre os mais modernos e robustos do mundo.

Atualmente a gestão e manutenção do sistema está sob a responsabilidades dos mais de 230 mil trabalhadores. Na década de 1990, a privatização e a falta de investimentos levaram o setor a viver momentos muito difíceis, fazendo com que ainda hoje sofra com a crescente precarização das condições de trabalho, que ocorre sobretudo com a terceirização indiscriminada, que já corresponde a mais de 55% do total de trabalhadores.

Um novo modelo para o setor energético pressupõe, entre outros, o fortalecimento do sistema elétrico público, com uma grande participação estatal para o seu contínuo desenvolvimento; o combate à precarização do trabalho e terceirização indiscriminada; a expansão e democratização do acesso ao sistema elétrico, com tarifas justas para todos; remuneração e benefícios dignos e condizentes com a responsabilidade que os trabalhadores do setor têm para como nosso país.

Assim, Senhor Presidente, é de extrema importância que esta Comissão ouça e dialogue com as instituições as propostas sobre esse novo modelo energético brasileiro.

Diante do exposto, solicito a aprovação da presente Audiência Pública.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2016.

ERIKA KOKAY

Deputada Federal – PT/DF